



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0422/06	DATA: 18/4/2006
INÍCIO: 15h01min	TÉRMINO: 16h02min	DURAÇÃO: 01h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h01min	PÁGINAS: 21	QUARTOS: 13

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ODÉCIO RODRIGUES CARNEIRO - Coordenador do Projeto INFOSEG

SUMÁRIO: Debate sobre as ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública em relação ao cadastro de presos e foragidos do País (Sistema INFOSEG), objeto do Projeto de Lei nº 4.063, de 2004.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Declaro aberta a reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada, atendendo a requerimento do Deputado Coronel Alves, para debater as ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública em relação ao cadastro de presos e foragidos do País (Sistema INFOSEG), objeto do PL nº 4.063, de 2004.

Convido para compor a Mesa, como expositor, o Sr. Odécio Rodrigues Carneiro, Coordenador do projeto do INFOSEG.

O convidado disporá de 20 minutos para a exposição, não podendo ser aparteado. Terminada a exposição, iniciaremos os debates. Cada interpelante terá no máximo 3 minutos para fazer a sua formulação, tendo o convidado igual prazo para responder. Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo de 3 minutos.

Concedo a palavra ao Sr. Odécio Rodrigues Carneiro, Coordenador do projeto do INFOSEG.

**O SR. ODÉCIO RODRIGUES CARNEIRO** - Sr. Presidente, Sr. Deputado Coronel Alves, amigo que acompanha nossa luta, trago a V.Exas. os cumprimentos do Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa.

Vou tentar fazer um resumo das nossas ações à frente da SENASP na busca da integração das informações de segurança pública, da Justiça e dos órgãos de fiscalização.

Sr. Presidente, pedi um microfone sem fio para facilitar a exposição. Vou entregar a V.Exa. um resumo da apresentação, assim como uma revista que trata da integração nacional de informações. Essa idéia nasceu no início da década de 90. Em 1995,1996,1997 começamos a trabalhar.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Ao chegarmos à Secretaria Nacional, em novembro de 2003, quando o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, passou a administrar aquela Pasta, começamos forte trabalho sobre integração.

O que é a Rede INFOSEG? Ela é uma estrutura de *links*, capilarizada nas 27 Unidades da Federação, em todos os órgãos de segurança pública, sem exceção,



como também nos órgãos de Justiça e de fiscalização. A consulta dessas informações está disponível via Internet.

Chamei a atenção para a consulta porque somente ela está disponível via Internet. Temos um cadastro que possibilita essa consulta, mas a atualização que envolve os Estados e os órgãos federais é feita por meio de *links* fechados, privados, para evitar qualquer desvio ou furo em relação à segurança. Então, toda a parte de atualização, que já é também em tempo real, é feita em *links* fechados. Ou seja, a Rede INFOSEG tem uma estrutura privada de *links* e uma pública, via Internet, somente para consultas.

O principal objetivo dessa rede é a disponibilização de informações. Sua idéia é antiga. Estamos conseguindo um nível muito bom de credibilidade nessa integração por parte dos órgãos que a compõem e dos agentes públicos que trabalham e acessam a rede.

É necessário o estabelecimento de uma interoperabilidade de tecnologia. Sabemos que há diversos tipos de tecnologia. Precisávamos de um mecanismo para aproveitar todos, do mais antigo ao mais moderno. Aí entramos com o princípio de interoperabilidade, técnica utilizada pelo Governo eletrônico, fazendo essa integração e também trabalhando a questão de compartimentação e segurança. O Deputado Coronel Alves conhece bem esse termo. É um princípio de inteligência policial. Estamos compartilhando as informações e ao mesmo tempo compartimentando-as. Como é possível fazer isso? A Rede INFOSEG tem milhares de bancos de dados. Trabalhamos de acordo com o perfil do usuário. Ou seja, se um usuário trabalha apenas com trânsito, a senha dele só dá acesso àqueles bancos. Não é porque o Odécio é um policial e sicrano e beltrano são magistrados ou servidores da Justiça que terão acesso a tudo. A definição é delimitada para cada órgão que tem autonomia na abordagem desses assuntos.

Trabalharemos em cima de 4 pontos — por exemplo, a gestão de desenvolvimento cooperado —, construídos com os 26 Estados e o Distrito Federal, além dos órgãos federais. Ou seja, houve pactuação em torno desse projeto. É impossível somente o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, tocar isso. Como costumamos dizer, esse projeto foi construído a 27 mãos.



A gestão e o desenvolvimento cooperado baseiam-se na transparência das ações. É uma negação desse modelo chamado caixa preta. Como funciona isso? Comprava-se um sistema “x” de uma empresa “y” e tentava-se implantá-lo no Brasil todo. Ora, cada ente, cada Estado da Federação tem sua autonomia para decidir o que é melhor. Então, com esse modelo, envolvemos todos os representantes de polícia, de segurança pública, dos DETRANs, da Receita, dos órgãos que fazem a fiscalização e construímos o projeto. Dessa forma, conseguimos fazer com que ele chegasse a esse nível.

As parcerias foram extremamente importantes. A ABEP é uma associação que congrega todas as empresas de processamento estaduais. O apoio dessas empresas públicas facilitou o desenvolvimento das tecnologias, como a integração dessas informações. Ora, se o Amapá decide colocar sua base dentro da empresa de processamento do Estado, por que o Ministério da Justiça vai ser contra? A informação é do Estado. Se ele confia em sua empresa, temos de trabalhar com ela. Esse princípio foi de extrema importância para o sucesso desse trabalho.

Há também o intercâmbio de plataformas tecnológicas. Estamos trabalhando, Srs. Deputados, com uma parceria público-privada. Parece-me que, em segurança pública, foi a primeira da história. A FENASEG é um sistema que monitora estradas, na busca de carros furtados. Há 7 pontos funcionando na fronteira norte-sul. O radar capta a imagem do carro que trafega na estrada; as informações passam pelo sistema do DENATRAN, integrado à Rede INFOSEG, e é feita checagem. Se houver registro de furto, um alarme é disparado no próximo posto policial. Essa é uma parceria com a FENASEG — Federação Nacional das Seguradoras. Ela tinha um sistema pronto e o apresentou ao Ministério da Justiça. Foi feita então uma parceria, analisada juridicamente por todas as partes e consultorias, firmada e assinada pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, além de publicada no *Diário Oficial da União*.

Esse projeto tem dado ótimos resultados. As grandes apreensões da Receita estão sendo baseadas nesse sistema. As grandes apreensões ocorridas principalmente na fronteira com o Paraguai são em função dessa parceria com a FENASEG. O que ela lucra com isso? É bem simples. Se o Estado brasileiro reduzir o número de carros roubados, com certeza ela deixará de pagar muito seguro.



Portanto, ela está apoiando essa parceria com recursos devidamente analisados pelo Ministério. Essa parceria tem dado grandes frutos.

Agora vem a questão da quebra de paradigmas. Estamos trabalhando com órgãos altamente conservadores: órgãos de segurança pública, da Justiça, de fiscalização, até pela cultura, pela história do nosso País.

Esse é um rápido resumo do que são a gestão e o desenvolvimento cooperado.

Integração das bases de dados.

Foi feita uma articulação com todos os órgãos federais e estaduais. Houve melhora da sintonia, até para o combate ao crime. A Polícia Rodoviária Federal tem usado muito as polícias militares e civis, principalmente as das fronteiras secas norte-sul. Essa interação tem aproximado as instituições. Uma definição de modelo de interoperabilidade é a chamada arquitetura e-PING, que usa aquelas plataformas consideradas de padrão aberto. Isso baixou o custo e nos permitiu usar uma solução em funcionamento num Estado “x” para levá-la a outros Estados.

Eu comentava agora há pouco que Santa Catarina é um exemplo disso. A plataforma desenvolvida ali com recursos repassados pela SENASP foi distribuída a 4 Estados que não tinham boas plataformas, a um custo reduzido. A SENASP pagou praticamente passagens e diárias para os técnicos irem ao Estado fazer a implantação e treinar o pessoal. Não foi preciso o desenvolvimento de um novo *software*. Isso ajudou muito na questão do custo. Para que V.Exas. tenham idéia do quantitativo, no início do Plano Real, fizeram um levantamento de 4 bilhões de reais para esse projeto. Gastamos até agora 15 milhões de reais para levantá-lo.

Quanto à integração das bases, essa plataforma é chamada de altamente aderente, porque, independentemente da plataforma mais moderna ou mais antiga, ela se agrega, conecta-se. Estão efetivamente integradas as 27 Unidades da Federação, com alta disponibilidade das informações e boa prestação de serviço à sociedade, com qualidade e eficiência, tendo em vista que todas as 28 bases de dados criminais estão integradas — uma de cada Estado, mais a do Distrito Federal e a da Polícia Federal, com seu sistema nacional de identificação criminal já integrado.

Disponibilização em tempo real.



Hoje tudo ocorre em tempo real. Uma informação que entra no Acre fica disponível imediatamente para todo o Brasil. A adoção do padrão e-PING baixa o custo e garante a devolução. Essas questões tecnológicas trafegam pela Internet com uma plataforma bem moderna, utilizada por todos os países do mundo. Há uma implementação das atualizações *on-line*.

As ações judiciais foram extremamente importantes. Quando chegamos à SENASP, recebíamos praticamente uma ação judicial por dia contra os Estados e o Governo Federal. De janeiro de 2004 para cá não houve mais nenhuma, a não ser de pessoas presas nas estradas, questionando o que era essa Rede INFOSEG. Depois de prestada informação à autoridade judicial, encerrava-se, porque se tratava de questão de integração.

Reestruturação de toda a estrutura.

Principalmente nessa questão de armazenamento e processamento, eu comentava com uma pessoa que estamos com 2 *sites*. Essa rede tem um *site* central em Brasília e outro em Pernambuco. Se há qualquer problema, um cobre o outro no acesso.

Quanto à nova estrutura de rede, aumentamos a velocidade em 8 vezes, inclusive com duplicidade de tecnologia. É uma rede bem robusta hoje em dia para os padrões do Brasil, considerando que as Regiões Norte e Nordeste não têm o mesmo desenvolvimento tecnológico das Regiões Sudeste e Sul. No entanto, todas as regiões brasileiras estão no mesmo nível tecnológico, dentro dessa rede. Daí a importância do desenvolvimento cooperado entre os órgãos de todas as regiões do País.

Essa questão da segurança da informação é extremamente importante. Os especialistas consideram o fator humano o elo mais fraco da segurança. Não adianta um trabalho desse tipo se o ser humano não é treinado. Então, o fator preponderante é o ser humano. Para atingir o número máximo de servidores públicos capacitados para acessar e extrair essas informações, fizemos muitos cursos, treinamentos, reuniões, encontros, palestras, traçamos diretrizes de procedimentos, trabalhamos a questão da capacitação. Inclusive, agora temos a rede nacional de ensino a distância e estamos trabalhando na capacitação de policiais, de agentes públicos, dentro desses princípios.



Eis alguns princípios básicos de segurança da informação que estão sendo seguidos à risca: confidencialidade, integridade e disponibilidade. Isso é um padrão internacional. Além desses, temos: mudança de paradigma e produção de credibilidade. No final, veremos os números, para que V.Exas. tenham idéia de como está essa credibilidade.

Convencimento da alta cúpula.

Srs. Deputados, esse ponto é extremamente importante. Os gestores do ente público, do órgão devem perceber a importância da informação como fator de decisão. Se um policial aborda um cidadão na estrada, deve ter a ferramenta para saber se ele não está sendo procurado pela Justiça. Como fazer isso, se não houver uma estrutura, um apoio, uma capacitação de toda a máquina pública? Esse ponto do convencimento da alta cúpula é extremamente importante. Na Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Dr. Luiz Fernando Corrêa tem dado todo esse apoio.

Destaco o apoio do Secretário Nacional de Segurança Pública e do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que tem deixado realmente a condução desse trabalho nas nossas mãos para que haja o máximo de integração; obviamente, respeitando-se as questões legais.

A capacitação profissional, o acompanhamento e as ações preventivas e reativas não podem ocorrer só quando a porta estiver quebrada.

Quanto à superação das grandes estruturas, lembro o lamentável episódio ocorrido no final de 2003, início de 2004, do *serial killer* no Sul do País. Aquilo foi um marco para chamar a atenção. Houve muitas críticas. Crianças morreram no Sul. Infelizmente os Estados ainda não estavam integrados. Com uma simples consulta à rede, possivelmente seriam evitadas algumas mortes. Aquele foi um exemplo triste e lamentável, mas que sempre levamos aos colegas servidores públicos da Justiça, do Ministério Público e da polícia para perceberem a importância da superação de velhas estruturas. Cito como velha estrutura o fato de a informação ser apenas minha, do órgão. Neste mundo globalidade deve haver integração para combatermos com mais precisão o problema do crime, que ultrapassa fronteiras.

Aqui está o resumo do que há na Rede INFOSEG. Esse sistema passou a fazer parte de uma estrutura. Há informações sobre: processos criminais de todos os





Estados; mandados de prisão; narcotráfico; termos circunstanciados; sistema nacional de armas da Polícia Federal; sistema nacional de identificação criminal da Polícia Federal; Sistema Alerta da Polícia Rodoviária Federal — registra furtos de veículos e alerta os policiais que estão nas estradas; SISME, sistema de intercâmbio de informações e segurança pública do MERCOSUL. Estamos trabalhando segundo os acordos firmados com os países membros e associados do MERCOSUL, do qual o Brasil é signatário. Há um ponto específico, que é a integração. Já estamos trabalhando com Argentina e Chile num nível bem avançado, somente nas informações de carros furtados. Por que não com pessoas? Porque isso envolve problemas de legislação local. O assunto está sendo submetido ao Congresso Nacional dos respectivos países para que possamos avançar nesse ponto.

A ENCLA é o banco de lavagem de dinheiro do STJ na Justiça Federal. O SINESPJC é um sistema nacional de estatística, por meio do qual todos os Estados estão integrados, produzindo o chamado mapa da criminalidade. O RENACH é o sistema nacional de carteira de habilitação do DENATRAN. Inclusive, estamos agora com fotos. E há a parte do RENAVAM, do DENATRAN, do Ministério das Cidades. O SINIVEM é o chamado Projeto Fronteiras, fruto dessa parceria com a FENASEG. Os que estão em vermelho são bancos que estamos quase liberando, fechando a integração. O CPF e o CNPJ, na Receita Federal, só cadastram o pessoal. Não existe nenhuma informação sigilosa.

Srs. Deputados, é bom frisar que já fomos instados a nos pronunciar em ação judicial sobre o que havia na integração. É somente cadastro. Não há nada que a legislação tenha separado como sigiloso.

O SIGMA é o banco de armas do Exército brasileiro. Pela primeira vez na sua história ele está integrando uma base de dados que não é de órgão das Forças Armadas ou de outro similar que delas faz parte. Está integrando o Banco Nacional de Armas. Estão quase sendo liberados esses 2. Já estamos nos testes finais.

O SINDRE é um sistema nacional, com o qual estamos tentando resolver um problema que tem atingido constantemente a imagem do País: as estatísticas de apreensões de drogas lá fora.

As estatísticas são da Polícia Federal, que as mostra. Só que as apreensões pelos órgãos estaduais não aparecem nas estatísticas. Então, estamos trabalhando,





autorizados tanto pelos dirigentes da Polícia Federal como pelos dirigentes dos órgãos estaduais, com o objetivo de construir essa integração. Vamos, com esse sistema, produzir uma estatística de todas as apreensões no Brasil, por meio da Rede INFOSEG. O CNIS cuida da Previdência e de óbitos. Em relação a esses 2 últimos, ainda estamos fechando convênios para começar os trabalhos mais técnicos de integração.

Sr. Deputados, V.Exas. podem perceber a quantidade de informações que existem. Todos os acessos são controlados, auditados. Tudo que entra e sai dessa rede fica gerenciado. Recebemos pedido de informações da Justiça Federal: se a pessoa “x” tinha acessado a informação “y”. Foi fornecida a informação. A auditoria é 100%. Quem consulta sabe a hora, de onde vem, o que consultou. Trata-se de auditoria bem robusta, até para fortalecer a credibilidade dessa estrutura.

Alguns rápidos resultados.

A nova plataforma tecnológica está em funcionamento, via Internet. Temos a autonomia dos bancos. Cada órgão cuida da sua base. O Ministério da Justiça e a SENASP não alteram, não incluem, não excluem nenhuma informação. Toda informação do banco da Polícia Federal é acessada apenas por ela; da Polícia Civil do Acre, só ela acessa. Então, preservou-se a autonomia das bases. Esse foi um ponto que todos os Estados requereram. E ele foi obedecido de ponta a ponta, no Brasil, para não haver nenhum furo na questão de segurança.

Informações consistentes.

Estamos trabalhando no que chamamos de depuração do índice nacional, uma checagem das informações para que apenas permaneçam as verídicas e consistentes.

Integração dos órgãos estaduais e federais, nova estrutura de auditoria, melhor qualidade. Estamos trabalhando o sistema. Ele já está sendo rodado na rede, que checa alguns dados críticos. Ora, se o Odécio foi indiciado em um inquérito no Acre, pressupõe-se que esse indiciamento tem relação com algum artigo do Código Penal. Se não há, a rede não aceita a atualização e devolve o arquivo a quem tentou inseri-lo na ponta. Trata-se de um sistema bem moderno. Já estamos usando, inclusive, princípios de inteligência artificial.



Maior disponibilidade da rede e considerável aumento das consultas. V.Exas. poderão ver com mais precisão os dados das consultas.

Em 2002 houve cerca de 2 milhões; em 2003 chegamos a aproximadamente 2 milhões — arredondamos para 3 milhões, até para facilitar; em 2004, ficou do mesmo jeito; em 2005, V.Exas. percebem o salto que houve. Essa quantidade de acesso tem crescido diariamente.

No próximo gráfico perceberemos as consultas mensais. É uma comparação dos meses de janeiro de 2005 e 2006, separados. Observem V.Exas. o aumento. O azul representa o ano de 2006, nos meses de janeiro, fevereiro e março. A cada mês, mais aumentam os acessos. Este ano tivemos informação, que não está aí, de que no dia 11 do corrente mês houve aumento para quase 70 mil consultas. É um número considerável.

O próximo gráfico mostra a evolução. V.Exas. podem observar que ela é consistente: saiu da faixa de 400 para 600 mil e se manteve. É claro que ela oscila de acordo com feriados. Mas, quando passa de 600 para 800 mil, ela não abaixa mais, e vai subindo.

Esse é um dado de qualidade das informações. Ou seja, o agente público consulta, tem a resposta, volta a consultar e ainda faz propaganda da instituição. Esse dado tem-se mostrado muito significativo para nós, além de outro gráfico muito importante.

Interessante informação diz respeito ao total de consulta dos órgãos estaduais, à quantidade de usuários ativos. Vou dar um exemplo, para que todos compreendam. Se o Odécio tiver uma autorização de acesso à rede e passar 30 dias sem consultá-la, essa senha entra num sistema chamado inativo. Para renová-la, ele terá de renovar o seu cadastro, o que é feito de forma automática. Então, qual é a diferença? O que mostra esse gráfico? Em dezembro de 2005, os órgãos estaduais, em cor preta... Vê-se que a quantidade de usuários ativos está praticamente empatada com a do topo da rede.

Fiz uma pesquisa nos sistemas antes de conversar com V.Exas. É que o índice de inativos está ficando em torno de 0,2%, 0,3% somente. É realmente um número muito pequeno. Com a estrutura antiga, ele era gritante: chegava-se a 85% de usuários inativos. Isto é, recebia-se uma senha e consultava-se a rede. Se a



resposta não era encontrada, parava-se de consultá-la. Percebemos claramente que estão sendo mantidos todos os usuários, o que é um dado extremamente importante. Inclusive ele está sendo avaliado Estado por Estado, para sabermos qual deles necessita de uma ação mais pontual de treinamento e capacitação. Por meio desses dados extraímos como está sendo conduzido o trabalho em cada órgão da Federação.

Ainda há algumas ações em andamento para novos bancos. Estamos criando o banco nacional de ocorrência de bombeiros, a liga nacional dos bombeiros. Foi uma decisão unânime dos comandantes de bombeiros do Brasil. Estamos subindo essa nova rede, chamada de super-rede. A velocidade era um ponto muito criticado, com *links* redundantes. Aqui há, inclusive, redundância de tecnologia.

V.Exas. devem se lembrar daquele acidente ocorrido no ano passado: a queda de uma ponte no Paraná. Por baixo dela passava a maioria dos troncos de fios para a Região Sul, que foram rompidos. E o Rio Grande do Sul ficou sem acesso à rede. A partir daquele momento passamos a adotar também a redundância de tecnologia. Hoje, se um *link* é em fibra, o outro pode ser em qualquer tecnologia, menos em fibra. Ou seja, se há rompimento de um *link*, o outro tem de estar ativo para manter essa alta disponibilidade da rede. É um projeto de inteligência artificial. Hoje há consulta de veículos, CNH. Estamos trabalhando com projetos de redes neurais artificiais. Se tudo ocorrer como o previsto, até agosto implantaremos uma consulta única. O que é isso? Se buscarmos o nome de Odécio Rodrigues Carneiro, a rede vai responder tudo a respeito dele — obviamente se esse usuário tiver o nível *full*, total de acesso a todos os bancos.

Aqui, Srs. Deputados, vemos mecanismos de fortalecimento da auditoria, sugestões das polícias, das áreas de inteligência, da Receita Federal. Estamos trabalhando com nível de autenticação *online* dos cadastros para evitar qualquer desvirtuamento na consulta a essas informações.

São essas as principais informações. Fico à disposição de V.Exas. para quaisquer perguntas que julgarem necessárias.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Agradeço ao Dr. Odécio as precisas informações. Pouca gente conhece esse sistema que acabou de ser



apresentado. Eu mesmo não o conhecia. Acho que está faltando divulgação dele. De qualquer forma, foi muito bom.

O Deputado Coronel Alves está de parabéns por ter convocado o Sr. Odécio para fazer essa palestra. Tem S.Exa. a palavra para formular as indagações que julgar convenientes.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares. É com grande satisfação que recebemos aqui hoje o Sr. Odécio Rodrigues Carneiro, coordenador dinâmico desse projeto, ao qual, já há algum tempo, eu havia sido apresentado. Mas não sabia que ele tinha evoluído tanto.

Solicitamos a realização desta audiência pública uma vez que também tivemos a grata satisfação de relatar projeto de lei apresentado pelo Deputado Carlos Nader, do PL do Rio de Janeiro — meu partido, portanto. S.Exa. teve a nobre preocupação — como tantas outras que tem demonstrado na Casa — de apresentar projeto, que tramita nesta Comissão, para criação de um cadastro nacional de presos e foragidos, a fim de que pudéssemos dispor de mais essa ferramenta de combate ao crime organizado, visando ao melhoramento da nossa segurança pública, em busca da paz social.

De pronto, comecei a conversar com pessoas que têm informações mais fidedignas e atuais sobre o tema. Foi-nos proposto pela assessoria do Ministério, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública o convite ao Sr. Odécio. Sei que foi uma grande proposta, pois S.Exa. pronunciou-se com bastante entusiasmo, buscando respostas para toda essa grande confusão que é a insegurança pública.

De posse das informações obtidas pela brilhante palestra do Sr. Odécio, comecei a fazer algumas anotações. Obtive resposta para muitas delas, mas, já que dispomos de certo tempo, vou repetir as perguntas para que eu mesmo possa entender melhor a questão.

Gostaria de formular a pergunta e obter imediatamente a resposta, para que o processo fique mais didático. Temos tempo, e a presença dos Parlamentares me permitirá agir dessa forma.

Há quanto tempo existe a Rede INFOSEG?

**O SR. ODÉCIO RODRIGUES CARNEIRO** - A idéia de integração nacional de informações, Deputado, começou no início da década de 90. Em 1995 foi editado



decreto presidencial do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, criando o Sistema Nacional de Segurança Pública. Quando chegamos à SENASP, os senhores podem ter percebido o sistema-rede. Ela nasceu como sistema. Percebemos porém que só um sistema não seria suficiente para integrar essa grande quantidade de informações. Passamos a trabalhar, de novembro de 2003 para cá, com uma filosofia de rede, com o intuito de agregar todas as informações de que o agente de segurança pública necessita na hora de trabalhar na estrada, de abordar um cidadão.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Portanto, ela existe há mais de 10 anos. E verificamos que já houve avanços. É importante aproveitarmos a fala do nosso Presidente para divulgar isso. Eu, por ser da área, tenho um pouco de conhecimento sobre a rede. O próprio Presidente disse que está sendo apresentado a esse projeto agora. Então, uma das nossas propostas seria maior divulgação. Deveríamos colocar-nos à disposição, nesta Comissão e na Casa como um todo, para deixar cada vez mais em evidência tão importante ferramenta.

Tenho outra pergunta. Todos os Estados já estão ligados, inclusive o Distrito Federal? Não há nenhum problema?

**O SR. ODÉCIO RODRIGUES CARNEIRO** - Todos já estão ligados. Nessa integração, Deputado, traçamos algumas metas. A primeira delas, que impactava a quebra da credibilidade desse trabalho, era a atualização. Uma pessoa respondia a um inquérito, por exemplo, no Amapá, e depois de 3 ou 4 meses havia a disponibilização. Hoje trabalhamos 100% em tempo real, em todos os Estados. O último foi São Paulo, exclusivamente por uma questão técnica: o Estado trabalhou 100% nesse projeto, e estamos agora nos testes finais. Houve uma integração muito boa.

Temos a parte de atualização e também a de consulta. A rede é composta desses 2 módulos, até para facilitar a evolução. Se chegássemos com um pacote fechado, isso dificultaria a situação. Os Estados mais pobres da Federação não dispunham de corpo técnico preparado, até porque essa tecnologia com a qual estamos trabalhando é realmente de ponta. Para V.Exas. terem noção, uma revista especializada nessa área publicou matéria informando que os especialistas nessa



tecnologia estão concentrados em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Para minha surpresa, nem o Sul do País entrou no nível que eles consideram mínimo.

Tivemos de fazer um treinamento e dividi-lo em módulos. O primeiro está completo; no segundo, que é o de detalhamento das informações, os trabalhos de 19 Estados e do Distrito Federal estão concluídos; nos outros 8 Estados, 50% a 60% dos trabalhos estão em andamento. Mas ainda encontramos resistência nas casas de polícia, em virtude de nossa cultura de segurança. Constantemente tenho de me deslocar até os Estados para mostrar toda a estrutura. Esperamos fechar esse segundo ponto até junho.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Estamos tentando dar a devida divulgação a essa grande rede. Um jornal, em meu Estado, que dizem ser o mais lido, publicou notícia que deve ter buscado em nossa própria pauta.

Diz o seguinte:

*“Cadastro de presos.*

*A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados discute hoje o Cadastro de Presos e Foragidos do País. Será ouvido o coordenador do INFOSEG. A Rede INFOSEG tem por objetivo integrar as informações de segurança pública, justiça e fiscalização.*

*A audiência foi pedida pelo Deputado Federal Coronel Alves.”*

Há outro dado publicado pelo próprio jornal, que mais me chama a atenção. Diz o seguinte: *Estima-se que 9 mil foragidos da Justiça do Brasil estejam na Guiana Francesa.*

Aproveito para fazer a seguinte pergunta: temos algum dado sobre isso? A nossa rede estima realmente isso ou se trata de notícia ainda muito solta? V.Sa. tem alguma informação para nos dar?

**O SR. ODÉCIO RODRIGUES CARNEIRO** - Deputado, a Secretaria Nacional de Segurança Pública é um órgão do Ministério da Justiça, mas o Ministério dispõe de um departamento penitenciário, que cuida especificamente dessas questões: o DEPEN. Por acaso, hoje, durante meu almoço, o diretor me disse que existe um



sistema, o INFOPEN, que foi todo revitalizado e está sendo integrado. Estamos fechando-o para trafegar dentro da Rede INFOSEG.

Especificamente no caso da Guiana, não disponho desses dados, porque o mandado de prisão é um problema jurídico. V.Exa. sabe que, para o mandado de prisão ser cumprido, de acordo com o Código de Processo Penal, exigem-se ao pé da letra carta precatória e mandado. Temos trabalhado muito com a Justiça e o Ministério Público, tentando flexibilizar isso. O STJ já expediu algumas decisões que flexibilizaram essa norma. Onde ela entra nesse caso? Ajuda um Estado vizinho trabalhar também as informações do outro Estado. Já existe consenso quanto a isso.

Especificamente nesse ponto, não dispomos desse dado, até por ser do nosso órgão coirmão, o DEPEN.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Essa foi uma pergunta solta, aproveitando a oportunidade, porque a notícia me preocupou: 9 mil na Guiana Francesa, passando pelo Amapá! Mas também acho que é um dado solto.

Gostaria de fazer ainda outras perguntas. Um projeto dessa natureza, com uma rede desse tamanho, naturalmente requer investimento. Queremos saber qual é o investimento na Secretaria Nacional destinado especificamente à manutenção e desenvolvimento dessa rede. O que existe atualmente?

**O SR. ODÉCIO RODRIGUES CARNEIRO** - Sr. Deputado, como disse há pouco, investimos até agora — SENASP e Ministério da Justiça — 15 milhões. Isso apenas no que diz respeito ao Governo Federal, fora o investimento que cada Estado fez pontualmente alinhado a essa política. Para este ano, nosso Secretário Nacional separou no Orçamento 10 milhões. E temos em torno de 3 milhões a título de cooperação.

V.Exas. sabem que no próximo ano serão realizados os Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro. O tráfego de informação, para subsidiar esses trabalhos no Estado, será feito pela Rede INFOSEG. Então, temos mais cerca de 60 milhões em investimentos para modernizar a rede, porque a filosofia do Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, é no sentido de que não adianta fazer uma segurança pontual no Rio de Janeiro. Tem de haver uma rede com capilaridade em todo o Brasil, porque um criminoso vem de qualquer lugar do





País. Portanto, o investimento será sistêmico e atingirá todas as pontas dessa rede, principalmente no que se refere à área de segurança pública.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - As pessoas, às vezes, não prestam atenção, mas o art. 144 da Constituição Federal diz que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos.

Deputado Militão, tive a oportunidade, junto com outros Parlamentares, de visitar o Canadá. Algo me saltou aos olhos. Não quero que isso seja aplicado no Brasil, porque o brasileiro já é um sofredor, mas é interessante o fato de se colocar a questão sob a responsabilidade de todos. Para eles manterem o *call center* de segurança, cada assinante de telefone celular ou de telefone fixo colabora mensalmente com 20 centavos de dólar canadense. Isso me chamou a atenção. Vejam o quanto o povo canadense quer investir em sua própria segurança. É claro que não quero que isso seja feito no Brasil, porque não é possível. Já temos tantos impostos a pagar! Sei da necessidade desse fundo nacional. Poderíamos aumentá-lo um pouco mais com outras colaborações. Nossos parceiros na gestão de desenvolvimento cooperado — ABEP, FENASEG — estão dispostos também a bancar isso. Ou então eles entram naquela parceria branda, vamos dizer, da ponte da amizade — parece que um entrou com a ponte e o outro com a amizade.

**O SR. ODÉCIO RODRIGUES CARNEIRO** - Sr. Deputado, os convênios foram publicados no *Diário Oficial*, e foram estabelecidas as responsabilidades de cada um na parceria. Vou citar um exemplo. O Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina — CIASC desenvolve uma plataforma. Os recursos foram passados da SENASP para a Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Foi desenvolvida uma plataforma tecnológica. Quando chegamos à SENASP, em novembro de 2003, 5 Estados não dispunham de base de dados. Como sair dessa situação, se os Governos Federal e Estadual não têm recursos para reconstruir isso?

Ora, se estava pronta essa plataforma, por que não poderíamos levá-la para lá e fazer a implantação? A ABEP entrou nessa cooperação. As empresas associadas assinaram-na, o Estado de Santa Catarina cedeu e eles disponibilizaram técnicos. Eles entram com quê? Com conhecimento técnico.



Não sei se V.Exa. tem conhecimento de que os profissionais da área de desenvolvimento tecnológico cobram por hora. Então, eles bancam esse custo — especificamente a ABEP — e nos apóiam também com o desenvolvimento. O que é aperfeiçoado na plataforma no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em Pernambuco, eles enviam para a SENASP, que autentica e distribui uniformemente para todo o País. Estamos garantindo a evolução desse projeto com custo praticamente zero.

O convênio com a FENASEG é específico no que se refere ao Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Movimento — SINIVEM. Ela banca os radares e as estruturas físicas. Como a estrutura de segurança da informação está pronta e é apenas um sistema a mais, o Ministério da Justiça banca-a por meio da SENASP. O que há de inovador nas parcerias é exatamente a possibilidade de baixarmos o custo e garantirmos a evolução, no caso da ABEP. Já no caso da FENASEG havia um sistema pronto. Portanto não tivemos de construir tudo do zero. É delicado desenvolver e dominar essa tecnologia, já que ela consegue detectar o carro em movimento, transmite a informação diretamente da fronteira do Paraguai para o sistema nacional, aqui em Brasília, que deverá checar os dados e retornar a informação em tempo hábil para alertar o agente de segurança pública que está mais à frente. Poucos países do mundo detêm essa tecnologia.

Há poucos dias a imprensa internacional noticiou que a Inglaterra está começando a implantar esse sistema. E nós já estamos trabalhando com ele há 2 anos.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Também pude perceber na sua fala que a SENASP executa treinamento para utilização de banco de dados, formação de agentes públicos em todas as áreas. Qual é a sistemática por ela utilizada? Alguém provoca isso ou a SENASP vai até lá? Ela tem um calendário? Como é o funcionamento dela?

**O SR. ODÉCIO RODRIGUES CARNEIRO** - A SENASP dispõe de um calendário normal. Para o mês de junho já está programada reunião em Fortaleza, com representantes de todo o País, possivelmente do dia 18 ao dia 21 — essa data será ainda acertada —, para tratar das principais dificuldades enfrentadas pelos Estados. Por meio das auditorias, das estatísticas, conseguimos detectar o que está



havendo em determinado Estado. Pode ocorrer também de o Estado provocar tal situação.

Há 15 dias, por exemplo, estivemos em Goiânia, reunidos com os Secretários de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que solicitaram à SENASP maior aproximação entre os Estados do Centro-Oeste. O Secretário do Distrito Federal também já aceitou o pedido. Estamos preparando específico treinamento para os órgãos do Centro-Oeste, obviamente com a parceria dos Estados. Eles se prontificaram a fornecer a infra-estrutura: local para a realização do evento, disponibilização de computadores. E a SENASP irá fornecer passagem e diárias aos técnicos que se deslocarem para os referidos Estados. Inclusive, alguns irão de carro. O importante nessas parcerias, Deputado, é a redução de custos. Se não otimizamos a redução de gastos, fica difícil trabalhar.

Para esse treinamento há um calendário nacional, além dos que surgem da provocação de um ou de outro Estado. Para tanto, estamos totalmente abertos, pois nossa intenção é atender a solicitações, a fim de qualificar, cada dia mais, o policial ou o servidor público que opera essa rede.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Os gráficos apresentados por V.Sa. mostram que é inegável o sucesso do sistema, em especial o acesso à rede. Em 2002 houve cerca de 2 milhões de acessos, enquanto que o ano de 2005 finalizou com 8 milhões de acessos.

**O SR. ODÉCIO RODRIGUES CARNEIRO** - Deputado, esclareço a V.Exa. que em 2002 ainda atuávamos com a antiga estrutura. Em 12 de novembro 2003 inauguramos a nova estrutura. Houve, então, a explosão de acesso. Mas ainda há uma deficiência, que estamos corrigindo: o acesso em cima de estrutura sem fio.

Em Pernambuco temos um piloto de total acesso. Nós o acessamos e consultamos os dados do veículo. Por acaso tenho aqui o exemplar de um telefone celular normal, por meio do qual o agente público, devidamente cadastrado e autorizado — o telefone também tem de ser autorizado —, consulta qualquer placa de veículo de qualquer país. Em 2 ou 3 minutos ele fica sabendo se o veículo foi multado, qual o endereço do proprietário, se o documento está irregular, se o veículo foi apreendido.



Quer dizer, em Pernambuco e no Piauí o piloto é extremamente positivo, além da Paraíba e do Pará, onde se faz o acesso via rádio. Estamos partindo agora para o acesso sem fio. Já temos mais 3 pilotos para acessar via Palmas. Nossa expectativa é superar esses dados, quando começarmos a fazer esse acesso em massa. Inclusive já fizemos um estudo de como a rede suportará a demanda de acesso.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - O que V.Sa. comentou eu já havia anotado para perguntar. Como se conseguirá controlar toda essa rede em progressão, nos próximos 10 anos?

Apesar do pouco conhecimento de informática que tenho, sei que o uso do aparelho celular é ilimitado. Nós o usamos para receber e fazer chamadas, mandar mensagens. Mas ele detêm muitas funções além dessas — aliás, nem as usamos. Há cada vez mais tecnologia. Penso que o desenvolvimento da capacidade tecnológica do nosso País e do mundo como um todo vai dar a resposta a esse acesso.

O que motivou, então, o aumento da quantidade de acesso à rede? Os principais motivos foram fidelidade, conhecimento, divulgação e resultados. Se fôssemos elencá-los, quais seriam?

**O SR. ODÉCIO RODRIGUES CARNEIRO** - Deputado, citei há pouco o fato gritante que ocorreu no Paraná e no Rio Grande do Sul. Temos convênio firmado, juridicamente perfeito, que atribui responsabilidade a cada órgão que participa dessa rede. Distribuímos nas nossas reuniões uma espécie de manual para mostrar às pessoas os cuidados que deviam ter. Partimos daquilo ali. Infelizmente, tivemos de usar aquilo para fazer as pessoas perceberem a responsabilidade que estava recaindo sobre os ombros do Estado brasileiro.

Realmente há integração dos órgãos de segurança pública. A experiência do nosso Secretário Nacional, na condição de policial de carreira, e a nossa também, de policial, ajudaram bastante.

Outro ponto importante foi a qualidade da informação. Melhoramos muito. Não posso afirmar para V.Exa. que ela está 100%, mas já chegamos a quase 90%. Vários bancos, de diversos Estados, estão trabalhando nisso. Hoje mesmo há uma auditoria do Tribunal de Contas chegando ao Estado do Rio Grande do Sul, no



âmbito da Rede INFOSEC. Já estiveram no Distrito Federal, na Polícia Federal. Há um trabalho sério e consistente em cima disso.

Por último, o trivial é aquela coisa de que falei. Se o policial, o agente da receita consulta e tem a resposta, ele volta a consultar. Então, o resultado que ele tem tido é impressionante. Dou um exemplo para V.Exa. A Polícia Rodoviária Federal mandou-nos um relatório. Até eu, que estou todos os dias, praticamente durante 24 horas, lidando com os Estados, pois o telefone não pára — parou um pouco agora porque eu o desliguei —, fique surpreso com ele. O grande retorno é de pessoas presas nas estradas. Imaginávamos que o grande número fosse de carros apreendidos, mas é de pessoas presas. Pedi para a Polícia Rodoviária Federal formalizar isso e encaminhar oficialmente. Por quê? Porque a Polícia Rodoviária pára e consulta a rede. Ela tem pegado muitos carros? Tem. Mas o grande número é de pessoas que estão por acaso foragidas. E esse retorno à consulta do mandado de prisão está ajudando muito nessa situação. Tanto é que hoje a Polícia Rodoviária Federal, em relação aos órgãos federais, é quem mais acessa a rede no Brasil.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Finalmente, Sr. Presidente, tenho uma sugestão a fazer. O projeto de lei do Deputado Carlos Nader cria o Cadastro Nacional de Presos e Foragidos. Pela fala do Dr. Odécio, existe ali o nosso Departamento Penitenciário, também afeto ao Ministério da Justiça. Espero que ele possa ter a oportunidade de levar essa sugestão e o mérito. A idéia do Deputado Carlos Nader é importante, sim, para o combate da criminalidade e para o controle daqueles que estão ofendendo a sociedade de alguma forma. Estamos sugerindo a inclusão desse Cadastro Nacional de Presos e Foragidos na Rede INFOSEC, para termos a oportunidade de utilizar mais essa ferramenta.

Agradeço a V.Exa., Deputado José Militão, e encerro a minha participação nesta audiência pública.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Obrigado, Deputado Coronel Alves. Cumprimento V.Exa. pela iniciativa de convidar o Dr. Odécio Rodrigues para esta palestra na nossa Comissão.



Gostaria de também fazer uma pergunta. Criamos aqui, na semana atrasada, 2 subcomissões. Uma delas, da qual o Deputado Coronel Alves faz parte — acho, inclusive, que é o Relator —, é a Subcomissão que trata de furto de veículos.

V.Sa. falou, na sua palestra, sobre uma parceria com a FENASEG para colocar sistemas de prevenção na fronteira, a fim de que os carros furtados no Brasil não ultrapassem as fronteiras brasileiras. Nós sabemos que o seguro de veículos no País é extremamente caro, exatamente pela quantidade de furtos de veículos que ocorrem. Sabemos também que o veículo é o bem mais fácil de ser surripiado pelos ladrões. O furto de veículos alimenta o tráfico de drogas, de armas. Ele é, enfim, o alimentador financeiro de uma série de outros descaminhos e crimes existentes.

Pergunto: por que não se faz também internamente, no País, nas grandes Capitais, uma parceria importante como essa que foi feita na fronteira, implantando-se um sistema de prevenção nas rodovias federais ou nas ruas das cidades brasileiras para que haja diminuição de furtos de veículos?

Gostaria de saber se a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem um cadastro dos veículos furtados no País — por exemplo, no último ano.

**O SR. ODÉCIO RODRIGUES CARNEIRO** - O Projeto Fronteiras, como é chamado o SINIVEN, nasceu especificamente para a fronteira, mas nós já estamos trabalhando no sentido de usá-lo nas estradas. Por que não? Essa questão realmente salta aos olhos. Já conseguimos formatar e adequar o convênio. Vamos começar a trabalhar nos nossos Estados, nas grandes cidades. Principalmente, estamos enfocando agora o Rio de Janeiro, porque teremos ali a realização dos Jogos Pan-Americanos, no ano que vem. O Ministério da Justiça está à frente da estrutura de segurança dos jogos, e a SENASP está operacionalizando isso com o Estado e os órgãos de segurança. Nós já estamos trabalhando nesse sentido. Vamos começar a trabalhar essa questão de pontos dentro das nossas cidades. Teremos de adequar o nome do projeto — Projeto Fronteiras — às fronteiras estaduais, municipais. Nós já temos uma previsão este ano. Estamos tentando chegar a 50 pontos. Na fronteira norte-sul, possivelmente mais 8 ou 10, somente; o restante vai ser realmente próximo às nossas grandes cidades, em locais estratégicos. Isto está sendo definido pela ordem de inteligência. V.Exa. pode ficar tranqüilo, porque nós já estamos contemplando esse ponto.



V.Exa. perguntou sobre o número de veículos. O Departamento Nacional de Trânsito — DENATRAN está com a base lincada à rede. Nós temos um registro de carros furtados. Só que ele é do DENATRAN. Com certeza, o DENATRAN deve ter isso. Infelizmente não é da nossa competência, até porque o DENATRAN é vinculado, agora, ao Ministério das Cidades. Mas podemos tranqüilamente conseguir com o DENATRAN esse número. Tivemos, inclusive, uma reunião na quinta-feira da semana passada e estamos aumentando a integração da questão de veículos. Realmente há uma preocupação muito grande com a quantidade de carros furtados. O grosso do crime ainda anda em cima de 4 rodas e de 2 rodas. Não tem outra saída. As estatísticas mostram isso. Então, temos de fortalecer essa integração. Nós estamos fazendo a integração dos Boletins de Ocorrência. Dentro dessa integração, estamos especificando campos que tratam do furto e roubo de veículos, até para facilitar as investigações. Cito, por exemplo, a questão de motores de veículos. Dependendo do carro, o motor representa a maior parte do valor do veículo. O DENATRAN nos pediu isso. Nós podemos conversar com o pessoal do DENATRAN e passar a produzir essa estatística também. Até vou considerar a sugestão de V.Exa. e conversar com o DENATRAN para ver como podemos avançar nesse ponto específico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Militão) - Agradeço ao Sr. Odécio Rodrigues a palestra e peço a S.Sa. que leve ao Secretário Nacional de Segurança Pública a nossa preocupação em fazer com que esse programa chegue ao conhecimento do povo brasileiro. Mesmo porque a segurança pública talvez seja o tema mais debatido nacionalmente nas pesquisas. A população sente que ela deve ser melhorada. O Governo, como foi demonstrado aqui, tem feito muita coisa pela segurança pública, mas a população não está sabendo disso.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, convocando reunião ordinária para amanhã, quarta-feira, às 14h30min, neste mesmo plenário, para deliberação sobre as proposições em pauta já divulgada.

Está encerrada a presente reunião.